

O TERRITÓRIO, IDENTIDADE E MEIO AMBIENTE NO QUILOMBO DE ITAMOARI COMO REALIDADE DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Rosely da Luz Reis(*), Tuany Maria Sousa Moura, Rosimere da Luz Reis, Camila dos Santos Miranda, José Euber Almeida Campêlo.

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará, email: roselyreis91@gmail.com

RESUMO

As comunidades quilombolas são constituídas de uma população que descendem de afrodescendentes que não aceitaram o processo escravista que lhe foi imposto por muitas décadas, o que culminou em uma resistência que perdura até os dias atuais, sendo refletido em sua luta pelo direito ao território. As múltiplas ações – sociais ambientais e econômicas- que pretendem ter o mínimo de vínculo adequado e eficaz com as práticas sustentáveis devem buscar adquirir conhecimento junto das comunidades tradicionais. Nesse estudo onde se busca fazer um apanhado sucinto do tripé: identidade, território e meio ambiente em um contexto de realidade de práticas sustentáveis foram analisados na comunidade remanescente de quilombolas do Itamoari, estando localizada no Nordeste do Estado do Pará, na microrregião do Guamá, nas proximidades do rio Gurupi, município de Cachoeira do Piriá. Esses locais geralmente são de um acesso dificultoso e onde é possível desenvolver atividades produtivas de cunho tradicional, particularmente a roça dita de subsistência e a coleta de produtos que as florestas fornecem. O estudo apresenta resultados parciais obtidos mediante a aplicabilidade de uma metodologia composta por revisão bibliográfica e entrevistas com alguns moradores da região. Em suma o estudo reafirmou que tais comunidades desenvolvem práticas sustentáveis que retratam uma relação de cuidado e equilíbrio com o meio ambiente de uma maneira que a noção de terra ultrapassa o sentido puramente de provedora de recursos e passa a ter o sentido de territorialidade, onde cada membro é um só com a natureza, pois é nesse local que está toda a cultura, costumes e crenças das gerações passadas e das presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável, Itamoari- PA, populações tradicionais, identidade, território.

INTRODUÇÃO

As práticas sustentáveis ao longo dos anos estão adquirindo visibilidade em âmbito mundial, pois a atual conjuntura da sociedade não tem sustentado um modelo onde se utiliza os recursos naturais de uma maneira acima de sua capacidade de reposição em um curto período de tempo, principalmente quando há uma gerência de tais recursos desvinculada e/ou distante da realidade vivenciada por quem faz uso ou depende desses bens comuns de todos. Nessa vertente as múltiplas ações – sociais, ambientais e econômicas- que pretendem ter o mínimo de vínculo adequado e eficaz com as práticas sustentáveis devem buscar adquirir conhecimento junto das comunidades tradicionais (índios, caiçaras, caboclos, ribeirinhos, quilombolas, etc.), que trazem embutidos em sua história um conhecimento inerente e acurado das inter-relações estabelecidas no meio ambiente que o cerca (VIANA, 1999, p. 241).

Inclusos nessa realidade como supracitadas estão as comunidades quilombolas, que são constituídas de uma população que descendem de afrodescendentes que não aceitaram o processo escravista que lhe foi imposto por muitas décadas, o que culminou em uma resistência que perdura até os dias atuais, sendo refletido em sua luta pelo direito ao território – onde está impregnada de forma evidente toda a gênese de sua história- e preservação de sua identidade – o reconhecer-se como sujeitos que são fonte de crenças, cultura e costumes de seus antepassados, que por extensão também são suas. - e não menos importante o meio ambiente onde todos esses processos ocorrem como espaço que resguardar toda essa história e que é tratado de um modo onde à necessidade de sobrevivência respeita a fauna e a flora sabendo que há uma indissociabilidade entre os seres que compõe o ambiente como um todo. Assim segundo GUANAES et al. (2004) esses locais geralmente são de um acesso dificultoso e onde é possível desenvolver atividades produtivas de cunho tradicional, particularmente a roça dita de subsistência e a coleta de produtos que as florestas fornecem .

Nesse estudo onde se busca fazer um apanhado sucinto do tripé: identidade, território e meio ambiente em um contexto de realidade de práticas sustentáveis foram analisados na comunidade remanescente de quilombolas do Itamoari (Figura 1), estando localizada no Nordeste do Estado do Pará, microrregião do Guamá, nas proximidades do rio Gurupi, município de Cachoeira do Piriá. De acordo com o estatuto da organização social da comunidade especificamente em seu artigo 29º em 01/01/2000 a comunidade contava com 32 casas e 33 famílias, com um total de 146 habitantes, ao longo dos seus 155 anos de fundação. Atualmente está presente na comunidade 63 famílias, em uma área de 5 377, 602 hectares, sendo o seu órgão expedidor o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desde que receberam a titulação da terra.



Figura 1: Comunidade quilombola do Itamoari situada no município de Cachoeira do Piriá-PA.

OBJETIVO

Analisar em linhas gerais como se estabelecem as vivências no quilombo do Itamoari com o seu ambiente que o cerca mediante os relatos-chaves de vivências dos moradores e da revisão bibliográfica do tema em pauta. Com tal aquisição de conhecimento busca – se ter um conhecimento que subsidie discussões qualitativas no que tange a compreensão da realidade social da comunidade no que se referem principalmente as suas práticas sustentáveis em relação ao meio ambiente.

MÉTODOS

O estudo em questão foi realizado na comunidade do Itamoari, situada no município de Cachoeira do Piriá (Figura 2) que conta com uma população de 2.648 habitantes, localizado a 55 km a Norte – Leste de Capitão Poço, nordeste do estado do Pará (IBGE, 2007). Em sua vertente histórica tal comunidade quilombola, é constituída de descendentes de negros que resistiram ao processo de escravidão do garimpo Montes-Ários, localizado no Estado do Maranhão.

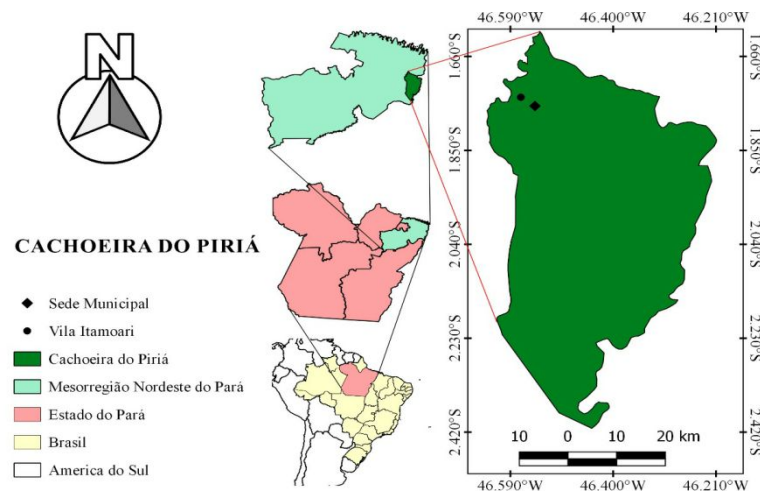


Figura 2: Comunidade quilombola do Itamoari situada em Cachoeira do Piriá- PA.

Inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura disponível sobre a temática proposta a ser trabalhada, com um especial enfoque nas comunidades quilombolas assim como suas vivências em seus territórios aliadas as suas práticas sustentáveis em seu território de pertença. Corroborando com o exposto o pesquisador MACÊDO (2009), discorre que tal procedimento de revisão bibliográfica se baseia em um sistemático levantamento de conhecimentos disponíveis sobre um determinado tema, se desdobrando como um conjunto de elementos que permitem a identificação do todo ou em partes, dos documentos escritos e não escritos, tendo como sua principal fonte a literatura já publicada em seus mais diversos veículos de divulgação (LAKATOS, 2010).

Dessa maneira após a fase de revisão bibliográfica, foram feitas entrevistas semiestruturadas, as quais continham perguntas relativas desde o cotidiano na comunidade do Itamoari até questões relacionadas à identidade e inter-relação com a natureza. Tais entrevistas ocorreram durante os meses de maio e junho de 2018, com um total de 9 moradores da comunidade do Itamoari chamados de Maria Madalena dos Santos do Carmo, Hosana do Carmo Sousa, Auriete de Gois Batista, Marcia do Carmo Sousa, Lucirlândia Oliveira Santos Tembê, Maria Petronília Soeira do Carmo Santos, Antônio Valderi do Carmo Santos, Rosana Santos do Carmo e Maria Orlanda Soeiro do Carmo, todos com idade superior a 18 anos. Todas as entrevistas foram devidamente gravadas, mediante autorização pós-assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ser colocado em pauta a realidade de vivências da questão quilombola, com enfoque na comunidade remanescente do Itamoari, foi verificada sua íntima relação com a questão do território e a identidade na construção do seu ambiente propriamente dito, que se faz mediante o produto das ações coletivas recíprocas dos sujeitos sociais. Segundo MALCHER (2006, p.67), a territorialização também se faz como parte da construção de movimento no tempo e no espaço, uma vez que é nesse espaço que há as relações entre os ditos sujeitos e a natureza, o qual é registrado pela memória individual e coletiva, e consequentemente sendo fruto e condição de valores e conhecimentos. Fica bem evidente essa realidade na fala da moradora Hosana do Carmo Sousa: “Não há local para substituir a nossa comunidade, até agora não. A questão do território é muito forte, bastante ainda mas a gente que viveu tantas coisas na comunidade. Diminuem as preocupações a gente fica mais à vontade, não têm comparação”.

Desprende – se assim, a importância das lutas para obter – se a titulação das suas terras e valorizar sua identidade e por consequência a população que o constitui com todos os seus direitos que lhe são próprios. Essa é uma preocupação que só veio a torna-se evidente em meados da década de 80, tendo como resultado dessa luta o fato do Estado do Pará ter a aquisição da primeira titulação de uma terra quilombola, no quilombo de Boa Vista – Oriximiná. Já no caso da comunidade do Itamoari, a titulação ficou a cargo de ser concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo recebido tal título em 07/09/1988 em Brasília pela senhora Maria Orlanda Soeira do Carmo e o senhor Marcos Evangelista do Carmo (na época o líder), sendo o início das conquistas de um dentre vários outros direitos das comunidades quilombolas, uma vez que é no seu território que está inserida toda a sua história.

Essa comunidade vem buscando paulatinamente preservar no decorrer da história o meio ambiente no qual está presente através do cumprimento do seu estatuto que prever ao longo das suas instruções o cuidado ao se manejar as florestas e ao lidar com as espécies da fauna e flora, especialmente aquelas que se encontram ameaçadas de extinção, reafirmando sua luta e desejo de continuar uma cultura de harmonia entre si e com o meio que o rodeia, gerando dessa maneira um ambiente equilibrado onde tanto a natureza como os moradores são beneficiados com os serviços próprios da “mãe” natureza (BARRETO, 2006). Nessa temática o agente Comunitário de Saúde da comunidade Antônio Valderi do Carmo Santos deixa bem evidente essa realidade em seu relato durante a entrevista, conforme o destacado abaixo:

É mata fechada, e mesmo só as moradias e ao redor só mata nativa. Porque é uma área de preservação lá, é uma comunidade privada, a gente preserva lá, não é assim igual outras comunidades que entra só para destruir. Lá é preservado, a gente não roça na mata, só faz em capoeira. É toda demarcada, é uma área quilombola. Lá eles não desmantam, eles respeitam, os que moram ao redor da terra, lá da área da gente já sabem tudinho, porque eles são antigos. Entendeu? Então quando eles veem alguém eles já avisam, porque já sabem como é a regra. Aí assim, vai passando de um para o outro, assim já sabem que aqui é área do Itamoari, não pode invadir, então todo mundo sabe. Ela é toda demarcada.

Para que essa preservação aconteça de fato os moradores agem como defensores de importância na manutenção desse ambiente em uma conjuntura de vivências diárias, que se tornou uma preocupação não natural e sim cultural, que é aprendida, apreendidas e apropriadas, assim impregnadas do valor de ser vivo e do seu valor de uso (HAESBAERT, 2004). Os moradores da comunidade do Itamoari praticam a agricultura, a pesca artesanal de espécies de peixes como o piaú (*Leporinus obtusidens*), surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) etc., além do extrativismo como forma de subsistência, como demonstrado na figura abaixo (Figura 3). Verifica-se assim uma preocupação em ter uma economia sustentável que ampare as necessidades vigentes, no entanto, de uma maneira que uma boa parte possa ser mantida para as futuras gerações que darão continuidade a essas práticas tipicamente tradicionais e de respeito mútuo as demais formas de vida que habitam o planeta.



Figura 3: Atividades de subsistência no quilombo do Itamoari – PA. Fonte: Cervo. photoshelter.com

Nessa conjuntura, compreender a produção do espaço destes territórios étnicos e as suas estratégias de permanência ao longo do tempo, se destaca como de uma importância singular, ressaltando que embora ainda relativamente pouco conhecido esse trabalho em prol da manutenção desses ambientes, uma questão a ser destacada é o fato de perdurar ao longo das gerações das populações tradicionais como as comunidades quilombolas, demonstra que a funcionalidade e aplicabilidade dessa realidade sustentável se desdobram como plenamente adequadas e eficazes e, portanto passível de se tornar cada vez mais um modelo a ser copiado e vivenciado na sociedade contemporânea.

CONCLUSÕES

O estudo realizado no quilombo do Itamoari reafirmou que tais comunidades desenvolvem práticas sustentáveis que retratam uma relação de cuidado e equilíbrio com o meio ambiente de uma maneira que a noção de terra ultrapassa o sentido puramente de provedora de recursos e passa a ter o sentido de territorialidade, onde cada membro é um só com a natureza, pois é nesse local que está toda a sua cultura, costumes e crenças das gerações passadas e das presentes. Daí a importância da sua vasta luta em busca do reconhecimento do seu território de forma legal.

Assim, procura – se nessa comunidade preservar sua maneira de conviver de forma coletiva em prol dos seus direitos básicos e de uma maneira sustentável com o ambiente que o cerca. Em suma, desprende – se desse trabalho, que as comunidades tradicionais, e em particular as quilombolas podem e devem ser aliadas tanto do meio ambiente como em forma de uma cultura vasta que ainda é pouco difundida e conhecida em sua essência. Tal arcabouço de conhecimento pode à priori gerar uma prática constante de respeito mútuo em um ambiente onde os recursos naturais necessitam serem utilizados de uma maneira adequada e respeitando seus limites de reposição.

REFERÊNCIAS

1. BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma nação. *In: Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Anna Blume, 2006.
2. BRASIL. [Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil [texto (tipo reduzido)]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais n°s 1/1992 a 90/2015, pelo Decreto legislativo n°186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão n°s 1 a 6/1994. – 48. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 112 p. – (Série textos básicos; n. 121).
3. HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
4. IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 2007 – Relatório Comentários. IBGE, 2007.
5. LAKATOS, Eva Maria; MARONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. –São Paulo: Atlas, 2010.
6. MALCHER, Maria Albenize Farais (2006). A geografia da territorialidade Quilombola na Microrregião de Tomé – Açú: o caso da ARQUINEC – Associação das comunidades Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará. Belém. CEFET. (Trabalho de Conclusão de Curso), 2006.
7. VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *Ambiente & sociedade – Ano II – N°5 – 2° Semestre de 1999, Ilha comprida*.